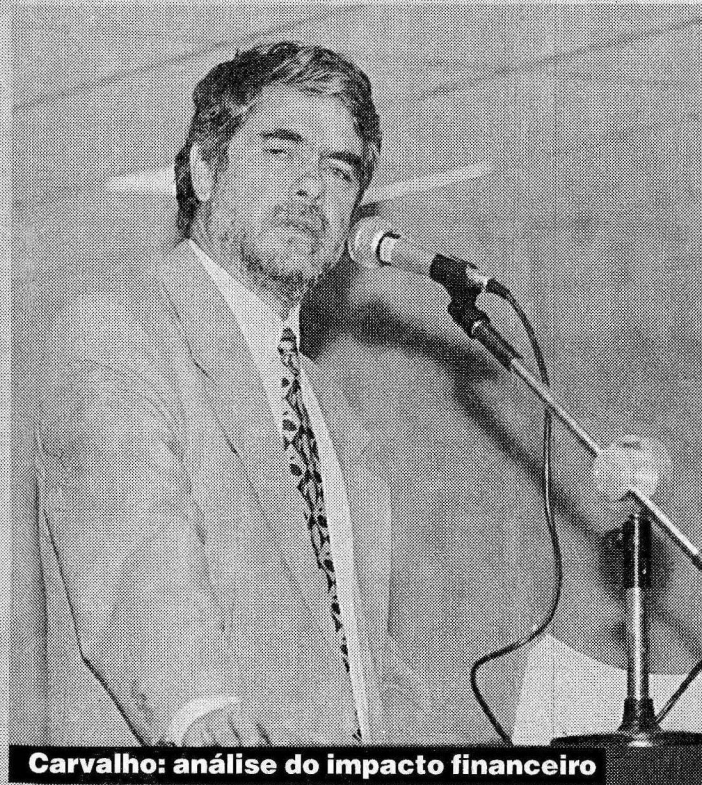


Projeto pode ir a plenário na terça



Carvalho: análise do impacto financeiro

Marcelo Vieira

Depois de passar pela CCJ, o pacote da saúde foi discutido ontem mesmo na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF) da Câmara Legislativa. Após horas de debate, a comissão decidiu transferir para a próxima terça-feira, às 10 horas, a votação do projeto.

Os deputados Augusto Carvalho (PPS) e Paulo Tadeu (PT) pediram mais tempo ao presidente da Comissão, Rôney Nemer (PTB), para avaliar o impacto financeiro do projeto nas contas públicas do DF. Augusto Carvalho chegou a pedir vistas do projeto, mas como tramita em regime de "urgência urgentíssima", o prazo para o procedimento, de acordo com o regimento interno, é de ape-

nas 30 minutos. Fora desse regime de tramitação, o prazo é de duas horas.

Para que o projeto seja votado em plenário, basta que seja aprovado na CEOF, o que deve ocorrer na terça-feira. O pacote da Saúde é hoje uma das prioridades do GDF na Câmara Legislativa.

Ao justificar o pedido de urgência para o projeto, a governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia, disse que a saúde no DF vem enfrentando dificuldades que requerem "uma urgente intervenção do poder público". Segundo ela, o Plano Emergencial traz uma novidade: a criação de 19 cargos em comissão de diretor administrativo de hospital, deixando os diretores médicos livres para atuarem na área fim, isto é, nas atribuições ligadas à

ciência médica.

Ainda de acordo com o projeto, os centros de saúde terão seus diretores voltados para a administração das unidades. Ao todo, serão criados 201 cargos nas estruturas hospitalares, 65 dos quais nos centros de saúde. Segundo a governadora em exercício, o objetivo da medida é definir um novo e moderno critério da gestão hospitalar.

O projeto prevê também a criação de incentivos funcionais aos profissionais que atuam em unidades de saúde situadas na zona rural do DF ou em internação domiciliar de pacientes. Abadia disse que o projeto busca garantir maior autonomia de gestão financeira às unidades de saúde, permitindo, por exemplo, compras em caráter emergencial.